



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0024.08.137643-6/001 Numeração 1376436-
Relator: Des.(a) Kárin Emmerich
Relator do Acórdão: Des.(a) Kárin Emmerich
Data do Julgamento: 21/11/2013
Data da Publicação: 02/12/2013

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - VIAS DE FATO/AGRESSÃO - MEDIDAS PROTETIVAS POSTULADAS (E DEFERIDAS) PELA VÍTIMA - REVOGAÇÃO POSTERIOR - EXTINÇÃO DO FEITO - INCONSISTÊNCIA - REFORMA DA DECISÃO - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. 1. As medidas protetivas de urgência, deferidas no âmbito da Lei Maria da Penha, têm natureza jurídica autônoma e satisfativa, de tutela inibitória e não cautelar, sendo, portanto, cabíveis sempre que houver lesão ou ameaça de violação à integridade física e psicológica da vítima. 2. Em virtude do caráter autônomo e dos fins que as justificam, a revogação das medidas protetivas com fundamento no desinteresse da vítima em não proceder à atualização do endereço em que o imputado agressor poderia ser localizado não subsiste, vez que tal incumbência compete ao Poder Judiciário - ainda que assoberbado - e, por óbvio, mostra-se desarrazoado transferir tal ônus à vítima, já vulnerável e, lógico, combatida emocionalmente com as agressões sofridas.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0024.08.137643-6/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): JOSE MIRANDA CERQUEIRA JUNIOR - VÍTIMA: ALVEMIR DE JESUS AMARAL

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO.

DESA. KÁRIN EMMERICH



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

RELATORA.

DESA. KÁRIN EMMERICH (RELATORA)

V O T O

Trata-se de recurso de apelação, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, contra sentença de fls. 42/45, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal desta Capital, que julgou improcedente o pedido de medidas protetivas, em razão da extinção da punibilidade do agressor, julgando extinto o processo, na forma do art. 269, inciso I do CPC, revogando as medidas protetivas anteriormente deferidas, sob a alegação de que o inquérito policial teria sido arquivado por falta de materialidade delitiva.

Nas razões recursais (fls.47/63), insurge-se o Parquet contra a sentença que extinguiu o feito e revogou as medidas protetivas.

Aduz que as medidas protetivas previstas na Lei 11.340/2006 possuem natureza jurídica mista, não havendo que se falar em existência de um processo criminal, haja vista que seu objeto jurídico é bem diferente, devendo, portanto, serem desvinculadas do feito penal.

Requer a reforma da sentença hostilizada, com a concessão das medidas protetivas, requeridas pela vítima, "até que sobrevenham novos fatos ensejadores de alteração da situação de violência doméstica/familiar".

O acusado foi intimado da sentença via edital, tendo sido nomeado-lhe defensor dativo às fls. 72.

Contrarrazões às fls. 76/85, na qual requer a defesa a manutenção da sentença, "por estar devidamente fundamentada e em perfeita consonância com as decisões recentes do Egrégio Tribunal de



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Justiça do Estado de Minas Gerais."

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça às fls. 92/95, no qual opina pelo provimento do recurso, ao argumento de que as medidas adotadas neste procedimento possuem caráter de tutela satisfativa autônoma.

É o relatório.

Passo a decidir.

Conheço o recurso, pois presentes os pressupostos de admissibilidade e processamento. Não foram arguidas preliminares, nem vislumbro a ocorrência de alguma a ser suscitada de ofício. Não vislumbro, ainda, a ocorrência de vícios que possam macular o feito.

Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, contra decisão do MM. Juiz da 13ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, que através da sentença de fls. 42/45, extinguiu o presente feito e revogou as medidas protéticas concedidas a Sra. ALVEMIR DE JESUS AMARAL em desfavor de JOSÉ MIRANDA CERQUEIRA JÚNIOR.

Sobre os fatos que embasaram o pleito à concessão de tais medidas, extrai-se do Termo de Declaração (fls.08/09) que a vítima compareceu à Delegacia Especializada em atendimento à mulher e relatou que:

"QUE, a declarante diz que foi amasiada com a pessoa de José Miranda Cerqueira Júnior por 21 anos, tendo com este 04 filhos, e que há seis anos estão separados; QUE, a declarante diz que estava residindo na rua Vila Nova, 356, bairro São José com seus quatro filhos; QUE, em junho de 2006, José aproveitando a ausência da declarante que estava no trabalho, entrou na casa e disse que não iria sair; QUE, a declarante diz que ela e suas filhas pediam a José para saírem da casa, mas ele dizia que não saía e que podia ir preso, mas quando saísse matava todo mundo; QUE, a declarante diz que José perturbava a

todos dentro de casa, ligava o som, ficava cantando, não deixava ninguém dormir; QUE, no dia 24/03/08, a declarante diz que foi abrir a porta da casa para uma amiga da sua filha, quando José lhe segurou e tampou sua boca, lhe jogando sob um colchão que ficava na sala, apoiando os joelhos sob suas pernas, o que lhe causou alguns hematomas; QUE, a declarante diz que temendo por sua vida e de seus filhos, alugou uma casa nas proximidades; QUE, a declarante diz que José continua na casa, mas que levou uma mulher para morar lá com ele, e ontem mesmo ele disse para a declarante que se ela quiser pode voltar para casa, mas tem que aceitar a nova mulher dele; QUE, a declarante diz que precisa voltar para casa pois a proprietária do imóvel onde está residindo pediu a mesma, e não tem para onde ir; QUE, a declarante requer as medidas protetivas asseguradas pela Lei Maria da Penha, e deseja representar criminalmente contra José. E mais não disse. Mandou a autoridade encerrar o presente termo que depois de lido e achado conforme assina com a declarante, e comigo escrevão que o digitei".

Importante ressaltar que, ante tal situação, a própria vítima, no Termo de Requerimento da Ofendida (fls. 10/12), postulou medidas protetivas, as quais foram deferidas pelo magistrado (fls. 14/16), nos seguintes termos:

a) o imediato afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, com utilização de força policial, se necessário. Autorizo-lhe unicamente a retirada de roupas e objetos de uso pessoal;

b) a recondução da ofendida e de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor;

c) a proibição do agressor de se aproximar da ofendida a menos de 200 (duzentos) metros;

d) a proibição ao agressor de qualquer contato com a

ofendida, por qualquer meio de comunicação.

A título de esclarecimento, impõe ressaltar que, apesar de os fatos relatados pela vítima não causarem qualquer espécie de surpresa, vez que, conflitos emergidos de relações afetivas têm sido a principal causa da violência doméstica praticada no âmbito familiar, o Poder Judiciário, juntamente com outros órgãos, vem se empenhando em dar efetividade às garantias insertas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) com o intuito de minorar a situação de fragilidade da mulher .

Nesse diapasão, releva salientar que referida lei foi promulgada com intuito de tornar mais rigorosa a punição dos casos de violência doméstica e familiar com vistas a proteger, não só a incolumidade física e emocional da mulher, como também garantir a tranquilidade e a harmonia da instituição família.

Em razão do seu caráter protetivo, portanto, em determinados casos, devem ser decretadas medidas em favor da mulher para assegurar sua integridade e, por conseguinte, evitar maiores danos à vítima, à família ou até mesmo comprometer a regularidade de eventual investigação em curso.

Não é à toa que a inserção das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha tem sido apontada como um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no País.

No que concerne à natureza jurídica dessas medidas, o tema é assaz controverso e, por ora, divide doutrina e jurisprudência: parcela minoritária defende a natureza inibitória e o caráter autônomo e satisfativo das medidas, ao passo que outra parcela, a majoritária, defende a natureza cautelar e o cunho instrumental e acessório dessas medidas.

Como é sabido, a tutela inibitória, que, em nosso ordenamento positivo ostenta status constitucional (art.5º, inciso XXXV, CR/88), representa importante mecanismo contra lesão ou ameaça de violação a direito.

Luiz Guilherme Marinoni ressalta a importância da tutela inibitória e a distingue das cautelares, com os seguintes argumentos:

"A sua importância deriva do fato de que constitui ação de conhecimento que efetivamente pode inibir o ilícito. Dessa forma, distancia-se, em primeiro lugar, da ação cautelar, a qual é caracterizada por sua ligação com uma ação principal, e, depois, da ação declaratória, a qual já foi pensada como "preventiva", ainda que destituída de mecanismos de execução realmente capazes de impedir o ilícito. (...)

A ação inibitória é consequência necessária do novo perfil do Estado e das novas situações de direito substancial. Ou seja, a sua estruturação, ainda que dependente de teorização adequada, tem relação com as novas regras jurídicas, de conteúdo preventivo, bem como com a necessidade de se conferir verdadeira tutela preventiva aos direitos, especialmente aos de conteúdo não-patrimonial". (MARINONI, Luiz Guilherme. "Inibitória e tutela de remoção do ilícito". Fonte: www.abdpc.org.br).

Vê-se, assim, que a tutela inibitória é cabível quando a pretensão almejada for a conservação da integridade do direito com vistas a prevenir ou impedir a prática ou a continuidade de um ilícito, garantindo-se, ao final, o próprio direito.

É importante que se faça a distinção entre as medidas protetivas e as medidas cautelares, tendo em vista que, a classificação equivocada das medidas protetivas - as que nos interessa no momento - pode colocar em xeque a própria efetividade do instituto ora em discussão e, ao revés, deixar a vítima em desamparo.

Teleologicamente, a Lei Maria da Penha foi criada com a finalidade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, conforme já afirmado. Tanto é assim que, com o objetivo de torná-la efetiva estabelece providências judiciais, entre as quais se inserem as chamadas medidas protetivas de urgência com vistas a garantir a integridade física e psíquica da mulher.

É o que se lê, de imediato, em seu art. no art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar".

Em consonância com tal artigo, portanto, a proteção da integridade física e psíquica da mulher nada mais é do que o próprio direito, cuja satisfação só pode ser obtida por meio da tutela inibitória.

O caráter satisfativo das medidas protetivas é defendido por Maria Berenice Dias:

"As medidas deferidas, em sede de cognição sumária, não dispõem de caráter temporário, ou seja, não é imposto à vítima o dever de ingressar com ação principal no prazo de 30 dias. Todas têm caráter satisfativo, não se aplicando a limitação temporal prevista na lei civil. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, conforme é sustentado em sede doutrinária, pode

gerar situações para lá de perigosas. Basta supor a hipótese de ter sido afastado o ofensor do lar em face das severas agressões perpetradas contra a mulher, tendo ela ficado no domicílio comum junto com a prole. Decorridos 30 dias da efetivação da medida, de todo descabido que, pelo fim da eficácia da decisão, tenha o agressor o direito de retornar ao lar." (DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 15 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/content=2.22439>>. Acesso em: 29 de abril de 2013).

Na mesma linha de raciocínio, a Defensora Pública Julia Maria Seixas Bechara, também sustenta a tese de que as medidas protetivas de urgência ostentam natureza jurídica de tutela inibitória cível. Em seu artigo "Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência" enfrenta a questão da natureza jurídica das protetivas e faz críticas à cautelaridade. Para ela as características da tutela cautelar (instrumentalidade, temporariedade e não-satisfatividade) são incompatíveis com a finalidade das medidas protetivas, ressaltando que:

"(...) a exigência de futura propositura de ação significaria nova desproteção à vítima, em atendimento a formalismo incompatível com o mecanismo de solicitação da ordem. Isso posto, conclui-se que a medida protetiva, porque autônoma e satisfativa, não é tutela de natureza cautelar, mas sim tutela inibitória. Com efeito, ao entregar à vítima o direito material invocado - consistente em sua proteção perante o suposto agressor - dispensa a medida protetiva qualquer outro procedimento, produzindo efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem (*rebus sic stantibus*). A circunstância de a demanda ser fundada em perigo e baseada em cognição sumária - na fase de antecipação de tutela da protetiva - não implica, necessariamente, a caracterização da medida como cautelar". (BECHARA, Julia Maria Seixas. Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2661, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com>>.

br/revista/texto/17614).

Dessa forma, o mais razoável - exatamente em virtude do caráter protetivo da referida Lei - é conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como protrair indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

Saliente-se, portanto, que, diferentemente da cautelar, a tutela inibitória é cabível quando se pretende conservar a integridade do direito e, por conseguinte, evitar que haja sua degradação. Em razão do caráter preventivo, as medidas inibitórias são autônomas e, diferentemente das medidas cautelares, não servem de instrumento para embasar a propositura da ação principal.

Com esteio nesse raciocínio, é possível concluir que o deferimento de tais medidas independe do interesse da vítima na persecução penal, vez que, conquanto deferidas, a manutenção dessas (das medidas), ainda que transitoriamente, independe de eventual propositura de eventual ação penal contra o agressor.

Extraí-se tal conclusão da leitura do art. 22 da Lei nº 11.340/06, o qual, em momento algum, condiciona a concessão das medidas à necessidade de instauração de inquérito policial ou de processo criminal em curso, fazendo-o tão somente no que concerne à existência de situação de violência no âmbito doméstico e familiar.

Para reforçar o caráter autônomo e satisfativo das medidas protetivas, vale citar que, na redação final da Lei nº 11.340/06, o termo "medidas cautelares" existente no texto original do anteprojeto de Lei nº 4.559/2004 decaiu dando lugar, posteriormente, à expressão "medidas protetivas de urgência".

O reconhecimento da autonomia das medidas protetivas,

portanto, é imprescindível para que a mulher não se sinta desamparada em situações em que não for instaurado um processo criminal.

Isso significa dizer que, nos casos em que houver situação de violência no âmbito familiar, e, por sua vez, a mulher clamar pela concessão de tais medidas, essas deverão ser concedidas, vez que objetivam, *prima facie*, a preservação da integridade física e mental da mulher, bem como, em momento posterior, evita o acionamento da máquina estatal em intervenções mais graves e severas e, conseqüentemente, mais lesivas não só para a família como, por vias oblíquas, para toda sociedade.

In casu, conforme salientado em linhas atrás, as medidas protetivas foram requeridas pela própria vítima (fls. 10/12) e, num primeiro momento, deferidas (fls.14/16) .

Ocorre, todavia, que, diante do arquivamento do inquérito policial por falta de materialidade delitiva, foi extinto o presente feito.

Ora, o caráter autônomo das medidas protetivas e, sobretudo, os fins que as justificam, a reforma da decisão mostra-se imperativa.

Logo, não se justifica a revogação das medidas protetivas com base no fundamento exposto pelo magistrado de primeiro grau, sobretudo quando se constata que a violência perpetrada (vias de fato/agressão) prescinde de representação da vítima, porquanto inserida nos crimes de natureza incondicionada à representação.

Com base nessas razões, DOU PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL para reformar a decisão judicial (fls. 42/45) que extinguindo o processo, revogou as medidas protetivas concedidas em desfavor de JOSÉ MIRANDA CERQUEIRA JÚNIOR, mantendo-as até o momento em que, porventura, sobrevierem outros fatos que informem a alteração do quadro de violência doméstica e familiar da ofendida.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ao apelado foi nomeado defensor dativo (fls. 72), que apresentou contrarrazões ao recurso de apelação. Desta forma, de ofício, fixo-lhe honorários em R\$ 316,98 (trezentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos), conforme tabela de honorários advocatícios referentes à Resolução-Conjunta TJMG/AGE/ OAB 001/2013, por ser um valor condizente ao trabalho exercido pelo aludido procurador nestes autos.

Custas ex lege.

DES. SILAS RODRIGUES VIEIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ALBERTO DEODATO NETO - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO"